

Esta seção trata dos dados do mercado de trabalho; dos desmontes na proteção social no Brasil, que exclui ainda mais milhões de brasileiros de seu direito à dignidade e da intensificação dos ataques à liberdade acadêmica e à educação.

Expansão da inatividade e dos trabalhadores por conta própria

No mercado de trabalho, destaca-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), que mostra que a desocupação tem caído no país. Porém, isso se deve à inatividade, ou seja, muitos brasileiros e brasileiras se retiraram do mercado de trabalho e deixaram de procurar emprego. Nos próximos meses, caso esta população volte a procurar emprego, a taxa de desocupação deve ser pressionada para cima.

Segundo a pesquisa, no trimestre de novembro de 2019 a janeiro de 2020 a desocupação caiu para 11,2%, como mostra o gráfico, 0,4 ponto percentual a menos que no mesmo período do ano anterior, com estabilidade do rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas (2.361 reais).

A população desocupada caiu para 11,9 milhões de pessoas, e a ocupada alcançou 94,2 milhões.

Houve queda na taxa composta de subutilização da força de trabalho (23,2%), que variou -1,0 p.p. em relação ao mesmo trimestre móvel do ano anterior (24,2%). A população subutilizada (26,4 milhões de pessoas) também caiu (-3,4% frente ao mesmo trimestre do ano passado). A população desalentada alcançou 4,7 milhões.

O destaque deste trimestre, como dito anteriormente, é de que a população fora da força de trabalho (65,7 milhões de pessoas) cresceu 1,3% em relação ao trimestre móvel anterior (mais 873 mil pessoas), enquanto apresentou estabilidade em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

A taxa de informalidade atingiu 40,7% da população ocupada, representando 38,3 milhões de trabalhadores informais. O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos) chegou a 33,7 milhões e cresceu 2,6% (mais 845 mil pessoas) contra o mesmo trimestre do ano anterior. Já a categoria dos empregados sem carteira assinada no setor privado (11,7 milhões de pessoas) cresceu 3,7% ou mais 419 mil pessoas comparada ao mesmo trimestre de 2019. Por fim, o número de trabalhadores por conta própria chegou a 24,6 milhões de pessoas, com alta de 3,1% (mais 745 mil pessoas em relação ao mesmo trimestre do ano anterior).

Desmonte no INSS, PBF e BPC

Em momento de crise social e aumento da pobreza, o governo tem reduzido a proteção social, com impacto forte para os mais pobres e mais vulneráveis do país. Entre os mais desamparados, estão possíveis beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), os do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os que solicitam aposentadoria e pensões no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). E o pior: o governo realiza tais cortes de forma velada, sem deixar explícitas suas ações e motivações que privam de dignidade a milhões de brasileiros.

O Programa Bolsa Família (PBF), tido como exemplo de política de transferência de renda por organizações internacionais e outros países, está em

risco. Se até junho de 2019 eram concedidos cerca de 260 mil benefícios por mês, desde então o ritmo de concessão de benefícios caiu para cinco mil. Isso enquanto a cobertura do programa cai e a pobreza e a fila de entrada aumentam no país: a fila de brasileiros que esperam pelo Bolsa Família já chega a 3,5 milhões de pessoas, o que representa 1,5 milhão de famílias de baixa renda.

Especula-se que a queda brusca no número de famílias aceitas ao Bolsa Família a partir de meados do ano passado poderia dever-se à necessidade de "economizar" recursos para cumprir a promessa de campanha de Jair Bolsonaro de pagar um "13º" aos beneficiários. No entanto, o governo tem lutado para que a oposição não consiga transformar o "13º" em pagamento obrigatório todos os anos e muito menos que este "13º" inclua beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado a idosos carentes e deficientes. Além disso, os valores do benefício seguem sem reajuste. Por outro lado, em ano eleitoral, tudo isso pode ser fruto de cálculo: esperar para "zerar a fila" mais próximo de outubro pode ter motivações eleitoreiras.

Quanto ao BPC, a mídia tem divulgado que a fila de novos pedidos para receber o benefício tem 420.271 pessoas com deficiência aguardando confirmação há pelo menos um mês e meio, que é o prazo máximo de espera determinado no artigo 37 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). No INSS, em dezembro de 2019 havia 1,3 milhão de pedidos de benefícios em atraso (sendo analisados há mais de 45 dias pelo INSS).

Mas o fato é que com a consolidação da austeridade e as reformas realizadas desde Temer no Brasil os mais pobres estão cada vez mais desassistidos e o governo brasileiro tem cada vez menos instrumentos (e interesses) para lidar com as desigualdades no Brasil. E tudo isso em meio a uma demonização dos servidores públicos, aqueles que estão em contato com a população todos os dias, buscando resolver de alguma forma as suas demandas.

Ataques à liberdade acadêmica e à educação

O governo Bolsonaro odeia a educação, em especial a educação superior. Após o corte de bolsas de pós-graduação em especial no Nordeste - a região teve 12% de suas bolsas da Coordenação

de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) cortadas, contra média de 8% em todo o país -, corte de recursos e ataques a instituições (como quando o Ministro da Educação insistiu que há "plantações de maconha" nas universidades federais), o governo determinou no início deste ano, pelo Ministério da Educação, que universidades e institutos federais não paguem a servidores ativos e inativos horas extras, adicional noturno e até aumento de salário por progressão na carreira.

A medida, disfarçada de controle das contas públicas, é mais um ataque às instituições federais. O patrulhamento ideológico propiciado pelo Movimento Escola sem Partido e apoiado pelo governo, somado ao corte inconstitucional de direitos dos profissionais da educação, contribuem para que muitos profissionais qualificados para o exercício da docência universitária escolham sair do país ou optem por outras carreiras. Também as medidas de estrangulamento colaboram para o assédio moral que sofrem os professores e funcionários das universidades, chamados por Paulo Guedes de "parasitas" simplesmente por fazerem seu trabalho.

Vale lembrar também que ao longo de 2019 Bolsonaro colocou a figura de "interventores" em diversas instituições federais de educação superior: Unirio e as universidades federais do Triângulo Mineiro, da Grande Dourados, do Recôncavo da Bahia e do Vale do Jequitinhonha, entre outras, não tiveram suas eleições internas respeitadas, como reflexo da interferência do governo na autonomia universitária. No apagar das luzes de 2019 Bolsonaro lançou uma medida provisória em que altera a forma de escolha dos dirigentes das universidades e institutos federais, além do Colégio Pedro II, medida avaliada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão como violação da gestão democrática na educação. Além disso, em 2019, reitores de universidades federais e institutos federais perderam prerrogativa de nomear pró-reitores, de acordo com o decreto 9.794/2019 e a portaria 1.373/2019.

Por um lado, as medidas estrangulam o provimento da educação superior pública e de qualidade no Brasil, abrindo espaço para mais críticas de que o que é público "não presta". Por outro, Bolsonaro vai buscando minar espaços de formação de conhecimento e de pensamento crítico no país.